

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 13 – Ensino de Sociologia e projeto de vida nas modalidades diferenciadas de
ensino

**EDUCAÇÃO E JUVENTUDE: OS DESAFIOS DE UMA PERSPECTIVA
LIBERTADORA A PARTIR DE UMA ORDEM SOCIAL COM TRAÇOS
DE COMUNITARISMO**

Belém, Pará

2023



EDUCAÇÃO E JUVENTUDE: OS DESAFIOS DE UMA PERSPECTIVA LIBERTADORA A PARTIR DE UMA ORDEM SOCIAL COM TRAÇOS DE COMUNITARISMO

Anderson Matias Cardozo¹

RESUMO

A partir de uma discussão através de revisão bibliográfica, este estudo se propõe na investigação da proposta de uma educação problematizadora em espaços sociais estruturados sob o modelo societal comunitário. Em outras palavras, trata-se de uma reflexão acerca do papel crítico, imparcial e provocativo da educação em meio a uma ordem social alheia à presença das contradições sociais. Fenômeno que traz algumas implicações que ultrapassam o cenário escolar, sendo este também afetado pelas condições culturais que formatam a vida social local. Apresenta-se a escola como uma extensão ou continuidade dos demais espaços, como a família, destacando-se mais pela funcionalidade sociocultural em razão da socialização do que pela problematização da realidade social. E neste sentido, se coloca um impasse de grande volta, uma vez que, a educação perde seu caráter crítico e contestador, portanto, de transformação social, para servir aos interesses de reprodução social. E mais, se sobrepõe à tradição local e às identidades a ela associada, como por exemplo, a religião e os costumes de cunho personalista. Assim, as categorias sociais se “naturalizam” em seus status e papéis sociais. De base qualitativa nos lançamos à análise e desconstrução desta realidade reificada objetiva e subjetivamente, tendo como apanágio a tensão entre o tradicional e o moderno; o racional e o pessoal; alienação e criticidade; pessoa e indivíduo. Substratos para pensar a relações sociais dialeticamente.

Palavras-chave: educação, comunitarismo, problematização, pessoalização, contradições.

1 Doutor pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB. Professor efetivo do Estado da Paraíba, negro, masculino. Recife – PB. decardozo06@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Entender o que caracteriza uma realidade social coesa, constituída por uma tradição exige, ao mesmo tempo, compreender o seu oposto: a complexidade. *Sociedade complexa e sociedade tradicional*. Organizações sociais distintas, com suas respectivas engrenagens de sociabilidade e construção dos sujeitos. Expressam pensamentos, comportamentos, identidades e as subjetividades que compõem o EU, e que correspondem ao modo como essas instituições operam no interior de uma sociedade, traduzindo-se em preservação do status quo ou sua ruptura.

Lançar luz sobre o tema do *ensino de sociologia e projeto de vida nas modalidades diferenciadas de ensino* dentro da perspectiva que aqui abordamos significa analisar e refletir o caráter relacional que envolve os atores sociais que povoam o ambiente educacional escolar e a formação de jovens estudantes, sendo estes, “sujeitos” com inserção social. Daí um questionamento crucial passa pelo entendimento e sentido dessa inserção. São formados sujeitos ou objetos? Pessoas ou indivíduos?²

Pensando *numa estrutura social integrada*, constituída a partir da segurança afetiva e social, fortemente fixada em hierarquias e, mobilizada para sua preservação, fornece aos seus membros identidades e afirmações, evitando ações individuais autônomas nesta construção (GORZ, 2004, p. 157). Trata-se de um distanciamento de princípios racionais e modernos para a condução da vida social, política, produtiva e cultural. E como chama atenção o presente autor (Idem, p. 158), “*a democracia requer movimento, tensão, mudança, sendo contra os controles da comunidade*”.

E essa resistência perante as contradições permeia todas as instituições sociais no interior desta estrutura. Produz o que Sérgio Buarque de Holanda (1995) destaca como sendo o patrimonialismo, uma das raízes da formação brasileira, e responsável pelo obstáculo ao nosso desenvolvimento.

Uma unidade que não impõe fronteiras entre o público e o privado, entre o racional e o pessoal, entre a burocracia e o personalismo. São elementos relacionais

² As categorias pessoas, indivíduos, comunidade, sociedade são aqui desenvolvidas a partir de uma distinção sociológica, no qual, objetiva e subjetivamente as situam em determinado lugar social. E mais, estrutura representações e papéis sociais.



onde o encontro dos contrários não produz uma tensão e suas superações, mas sim uma conexão harmoniosa e estruturante da sociabilidade (DAMATTA, 1985).

É neste ambiente societal que a comunidade é identificada, sendo um desafio à imersão de pensamentos e propostas de educação crítica, problematizadora, pautada na cientificidade e racionalização pedagógica. Ausência de tensão que faz preservar o status quo, e com ela corrobora com a ideia da defesa da ordem. No livro de Paulo Freire (2019) “*Educação como prática da liberdade*” o autor faz uma rica análise deste fenômeno, se utilizando dos conceitos de “*sociedade fechada*”, “*sociedade em transição*” e “*sociedade aberta*”. Traduzindo dialeticamente o papel pedagógico da educação enquanto instrumento de problematização do pensar e transformação social, sobretudo, à luz da realidade social como mediação analítica, a educação é chave para práxis, tomada como componente indispensável para as mudanças estruturais. É através da problematização que a ordem de opressão é questionada, abrindo a fenda para chamar atenção das contradições sociais. É entre a sociedade fechada e a sociedade aberta em que se situa a sociedade em transição, sendo ponto de partida para a inquietação acerca dos valores, pensamentos e ações conservadoras do modelo opressor de sociedade. Refuta o “apagamento” histórico e social destinado às massas populares e à sua cultura. A partir desta dicotomia podemos contextualizar o que acontece entre os espaços da *comunidade* e da *sociedade complexa*, onde na primeira se destaca o caráter prescritivo e socializador para a integração dos seus membros, enquanto na segunda o individualismo aponta para uma pluralidade de possibilidades de identidades, e racionalmente apresentadas.

Ainda seguindo as proposições de Paulo Freire (2021, p. 126), segundo a qual podemos pensar a realidade da *comunidade*, o conceito de *situações-limite* é um importante referencial: “*são realidades limitadoras ao homem em termos de pensamentos, valores, condições econômicas materiais etc*”. Significa reforçar os laços sociais, as identidades, as tradições e a visão de mundo daquele espaço.

Discussão que nos remete a questão da coesão social. Tema central no pensamento de Émile Durkheim em sua análise e conceituação acerca da *solidariedade*, que expressa as distintas formas de identificação do sujeito com o grupo social ao qual pertence, o que toca na problemática *indivíduo-sociedade*. Como ponto de partida desenvolve como instrumento teórico e analítico a “ideia” do *fato social*. Defende que há uma singularidade nos fenômenos que regem os



comportamentos individuais, e que, portanto, condicionam fortemente suas ações, pensamentos e modos de agir. Em outras palavras, o cotidiano particular de cada indivíduo, seja relacionado às escolhas estéticas, alimentares, morais, econômicas, habitacionais, dentre outros, longe de ser fruto de decisões exclusivamente pessoais, estão sedimentadas com os modos de agir consolidados e reproduzidos cotidianamente pelo grupo. Sendo mais claro, o que Durkheim nos mostra é que a sociedade se sobrepõe ao indivíduo, reduzindo em grande medida seu poder de autonomia. Isso fica claro quando alguém tenta desenvolver alguma prática social que diverge dos costumes e da moral estabelecida socialmente. A resistência que sofrerá, por meio de sanções sociais e penais explícita o poder da estrutura social sobre o indivíduo (DURKHEIM, 1984).

Trata-se de uma realidade social que é internalizada individualmente, impondo em cada um os papéis sociais a desempenhar no tecido social, reforçados e reificados por elementos morais e religiosos. Um conjunto de expectativas se relaciona com esses papéis sociais, criando com isso previsibilidade dos comportamentos humanos, socialmente aceitos ou reprovados. Realidade objetiva, coercitivamente penetrada e sentida em cada um, criada por fenômenos exteriores, e dotada de uma consciência coletiva, configurando-se num fato singular, denominado de *social* (Idem).

Deixando o autor (Ibidem, p.49-50) falar diretamente:

É fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter [...].

Pela discussão até então desenvolvida percebe-se como o desenho em torno do conflito vai se delineando, e, direta ou indiretamente representa um desajuste diante de uma determinada ordem social. Não percebendo a sociedade em termos antagônicos, Durkheim se utiliza de classificar de patológicos os elementos contrários (COLLINS, 2009).

Neste sentido, temos como ponto de partida reflexiva e metodológica a literatura sociológica em interface com o campo da educação, buscando trazer elementos que nos auxiliam numa compreensão crítica para pensar uma determinada ordem social e os desafios de uma educação que vai de encontro a um projeto de reprodução social. O lugar da sociologia enquanto produção de conhecimento para contestação da ordem e ampliação do pensamento colide com

um modelo social que trata as contradições como oportunidade de reparação da realidade e estigmatização dos atores, percebidos como ameaçadores. Tensões que evidenciam como oportunidade de rupturas e avanços. Sendo assim, este trabalho visa fomentar o debate, além de chamar atenção para a centralidade da racionalização no campo da educação, o que significa problematização, dúvida e reconstrução.

A relevância e justificativa da temática se evidenciam a partir de um contexto mais amplo, que envolve a atual conjuntura sociopolítica, bem como a educacional, exigindo um caráter mais propositivo do saber e da reflexão problematizadora. E através do viés qualitativo, direcionado a uma abordagem dialética nossos esforços se voltam para apreensão do objeto.

Como objetivos visamos o despertar para uma reflexão atenta ao caráter autônomo do exercício intelectual, sendo ponto de partida para uma leitura mais ampla da realidade social munido da imaginação sociológica.

METODOLOGIA

Por meio de revisão bibliográfica trazemos autores do campo da sociologia, da antropologia e da educação para a problematização que envolve a ação crítica e emancipatória da educação num espaço social organizado em torno das tradições e de uma coesão social com características de comunitarismo. Em outras palavras, trata-se de uma tensão de profunda complexidade, e que está para além de uma educação escolar formal. Diz respeito ao modo como a sociedade se percebe e constitui suas relações, valores e normas sociais.

Sobretudo, pensada e organizada em “moldes” qualitativos, este estudo assumiu como ponto de partida inquietações que sobressairam de um universo empírico, servindo muito mais de inspiração provocativa, dando-nos o desafio de selecionar autores, conceitos e produções teóricas que respondam analiticamente ao problema levantado. Referimos-nos a princípios inerentes à educação crítica, autonomia intelectual e transformação social que encontram num ambiente societal proteção e resistências diante de possíveis ameaças à sua organização social, ou mais explicitamente, ocultação de suas contradições sociais, o que significaria colocar em crise suas instituições sociais e sociabilidade.

Metodologia de análises que se volta para a investigação das categoriais sociais, historicamente construídas e reproduzidas no interior desta sociedade. Reflexão que passa necessariamente pela leitura dos métodos. Dito de outro modo, o modelo de sociedade alicerçada na coesão social e solidariedade mecânica, como pensa Émile Durkheim (1991) exige de suas instituições e de seus membros obrigações sociais, respeito e fidelidade à coletividade, representado pela ideia de consciencia grupal. Neste sentido, o *funcionalismo*, método trazido pelo autor, aponta para o papel reprodutor dessas instituições na/para manutenção da estrutura social. O oposto apresentado pelo método dialético que trabalha na perspectiva de denuncia das contradições sociais, acarretando em crises e transformações.

O percurso teórico metodológico que ora apresentamos visa ressaltar, em grande medida, os esforços investigativos que perpassam por essa preocupação de análise também dos métodos que ambassam as teorias aqui apresentadas. Que, ao estudar uma realidade social necessitamos de uma apreensão dos métodos que organizam a reflexão teórica, e como tais elementos interferem na práxis. Portanto, são esses vieses que formatam nossa pesquisa, tanto no que se refere à leitura da realidade, bem como às suas crises e possíveis rupturas. Importante também destacar os componentes relacionais que solidificam as relações sociais, e com ele as referências institucionais de comportamentos e valores.

Paulo Freire, Durkheim, Sergio Buarque de Holanda, Roberto da Matta, dentre outros, localizados nesta reflexão qualitativa, se situam para uma discussão sob vários aspectos e numa investigação crítica e dialeticamente construída, tendo na materialidade o ponto de partida para o pensamento científico.

REFERENCIAL TEÓRICO

O debate que aqui se coloca no problema que envolve nosso objeto nos inspira a dialogar com importantes pensamentos e métodos não só do campo da educação. Fato que nos aproxima da sociologia e da antropologia, buscando enriquecer e ampliar o escopo analítico. Exigências que acompanham a própria investigação, uma vez que, seria incompleto um registro que não englobasse um contexto socioantropológico em torno do objeto.

Uma discussão que perpassa por alguns temas, a saber: *a organização social em seu formato comunitarista; as relações sociais que compõem e institucionalizam comportamentos e pensamentos de resistência e defesa contra as contradições sociais no interior do grupo; o universo de pessoalização e desrespeito a princípios racionais e científicos no espaço educacional, bem como, a não separação entre o público e o privado; o papel da educação problematizadora aos jovens estudantes, e sua proposta de autonomia intelectual e transformação social.*

Trajetória de reflexão que nos trouxe Durkheim e seu método *funcionalista* para pensarmos o modelo de sociedade marcada por traços de comunitarismo, o que em sua leitura sociológica é denominada *solidariedade mecânica*, sendo as instituições, incluindo a educação, componentes funcionais para a preservação social, anulando com isso, as investidas de reflexão crítica e as contradições sociais. Análise complementada pelo que traz Roberto da Matta em sua abordagem *relacional* da antropologia social. Na tentativa de usar o autor para lançar luz nos processos de sociabilidade no interior desta organização comunitarista, nos utilizamos de algumas de suas categorias sociais para apresentar os sujeitos que compõem uma sociedade que se volta para justapor os seus contrários, e assim preservar uma estrutura de pessoalização e amaciamento das tensões.

Esteira de pensamento também presente em Sergio Buarque de Holanda que, ao discutir a sociedade brasileira expõe a intrínseca herança de uma não separação entre o público e o privado, o impessoal e o pessoal, o racional e o afetivo.

São essas leituras explicativas que demarcam nosso espaço de crítica e problematização, pensando o papel de uma educação crítica e emancipadora, direcionadas a jovens estudantes que se veem mergulhados num ambiente de reprodução social. É neste momento que Paulo Freire, Edgar Morin, dentre outros, trazem suas provocações teórico-conceituais, mostrando a necessidade de associar à educação elementos de conscientização, crítica e autonomia, em especial, como instrumento de resistência e rupturas perante um modelo de sociedade arquitetada para legitimar opressões e novas tecnologias de colonização. Neste sentido, compreender politicamente o mundo é o cerne para buscar estratégias pedagógicas e de atuação dos sujeitos, alçados como protagonistas e condutores para novos contornos históricos, voltados, sobretudo, para a emancipação humana.

DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO

Ao que provoca o título do trabalho, *educação e juventude: os desafios de uma perspectiva libertadora a partir de uma ordem social com traços de comunitarismo*, percorrer por algumas problemáticas significa atentar para o universo complexo e denso que perfaz o estudo que aqui lançamos. Trata-se de, produzir uma investigação que dê conta desses múltiplos elementos conceituais e teóricos, e que nos sirvam de compreensão crítica de uma realidade historicamente posta.

O termo comunitarismo enquanto categoria sociológica está ligada a uma dimensão histórica, identitária, social e cultural. Assim, a geografia corresponde a mero símbolo físico. Entender sua constituição moral e psicológica (social) nos ajuda a melhor apreender o lugar da educação escolar, servindo de expectativa para garantia das tradições e ordem social. Desnudar analiticamente este modelo de sociedade será o desafio a seguir.

Aspectos sociológicos do comunitarismo: educação a serviço do imobilismo social

É na sociologia de Durkheim (2010) que temos um dos primeiros estudos acerca do comunitarismo, organizado em torno do conceito de *solidariedade mecânica*, onde exprime detalhadamente as configurações das relações sociais e o modo como se integra uma sociedade baseada no absolutismo normativo, nos valores, crenças e tradições. Sujeitos que, negados em suas individualidades se voltam para os imperativos sociais e se reconhecem na homogeneidade humana. Lugares sociais demarcados e destinos preestabelecidos por heranças objetivas e reproduzidas acriticamente.

A percepção de educação discutida pelo autor envolve elementos de exterioridade, objetividade e coercitividade social. Dito de outro modo, pensa a educação como meio de reprodução societal, ajuste e defesa do status quo.

“A reprodução de uma dada sociedade pressupõe a preparação de cada membro individual para uma inserção no coletivo que corresponde às necessidades, fins e características da ordem social” (PAZ in DURKHEIM, 2010, p. 13). Educação acaba sendo sinônimo de socialização, com claro e permanente objetivo de respeito

e acomodação à comunidade, com as contradições sendo diluídas naquilo que formata a relação indivíduo e sociedade. A comunidade é o espaço geográfico e social de proteção e segurança dos indivíduos. Promove e espera pertencimento, sem a possibilidade de conflitos de interesses, com excesso de socialização que obstaculiza a autonomia individual (GORZ, 2004, p. 81). “Comunidade e ordens sociais fortemente integradas, mobilizadas, hierarquizadas podem fornecer a seus membros identidades e poupar-lhe o trabalho de criar sentido por si mesmo” (Idem, p. 157).

Em todas as formas de conduta humana em que a reflexão se faz presente, vê-se, na medida em que se desenvolve, torna-se mais flexível a tradição, mais propensa a novidades. A reflexão, com efeito, é inimiga natural da rotina. Só ela pode impedir os hábitos de assumirem forma imutável, rígida; só ela pode mantê-los continuamente em movimento, conservá-los na leveza e flexibilidade necessárias para que evoluam e se adaptem à diversidade e à mobilidade das circunstâncias e dos meios. Quanto menor a reflexão, maior o imobilismo (DURKHEIM, 2010, p. 113).

Às propriedades do comunitarismo, tais como, o imobilismo social e a ausência de reflexão, soma-se a pessoalização nas relações humanas e atenuação dos conflitos. Tema este apropriado como central na obra de Sérgio Buarque de Holanda em sua interpretação da formação social brasileira. Contextualizado àquele espaço e se utilizando das palavras deste autor, percebe-se aspectos da vida social estruturados em relações horizontais onde a afetividade mostra-se sempre acima de qualquer princípio racional, impessoal. Arranjos flexíveis e tolerantes, desrespeitosos às estruturas legais, a hierarquia e ao cálculo. Há um privilégio às qualidades pessoais, de grupo, pensadas de modo quase inatas (HOLANDA, 1995). Acrescenta-se que, a divisão social do trabalho responde por uma simples separação e baixa complexidade.

Neste modelo de sociedade as forças morais e sociais do grupo se impõem sobre as liberdades individuais. Uma imposição de força que não se limita às prescrições de comportamentos e ideias. Como chama atenção Durkheim (2010, p. 35), a sociedade é responsável pela formação de certo ideal de homem, não apenas intelectual e físico, mais também moral, e distribuído genericamente. Conclui que, “é esse ideal, a um tempo único e diverso, o centro da educação” (Ibidem).

Uma comunidade, nesta perspectiva, se protege perante novas expressões e modelos humanos, daí a reafirmação de uma estrutura social estabelecadora de limites. Encontramos em Paulo Freire essa discussão em “*Pedagogia do oprimido*” (2021, p. 126), por meio do qual o conceito de *situações-limite* traduz o imobilismo

sociopolítico de uma realidade, limitando o homem em seus pensamentos, crenças, valores e condições econômicas, materiais. Fruto de uma imposição dominante, politicamente sedimentada, apenas seria superado com uma postura crítica e problematizadora. Na *situação-limite* temas são capturados e selecionados de acordo com a conveniência da repetição social. Seu antagonismo é o *inédito viável*. Este como sendo a “rachadura” da/para mudança. Uma ruptura com esses limites. Um convite à reflexão abstrata, politicamente potente e questionadora. Está nas *palavras geradoras* e nos *temas geradores* o ponto de partida da/para a autonomia de pensamento (Idem).

A força e eficácia desse arquétipo social ocorrem porque, dentre outros fatores, há uma simbiose sociocultural que impede uma rígida separação entre o pessoal e o impessoal, a crença e a racionalização, o privado e o público, a educação problematizadora e a socialização, a tradição e a modernidade, a igreja e o Estado. Um assalto a crítica, que entendemos e nomeamos como *patrimonialismo educacional*, uma vez que a escola seria o templo de consagração moral da comunidade. Roberto da Matta e Sérgio Buarque de Holanda são dois autores que nos provocam pensar essa apropriação da escola pela comunidade, da consciência coletiva pela racionalização científica. As instituições sociais como sendo produto da extensão familiar, de grupo, alicerçada em heranças pessoais, e tratadas como privilégios naturais.

Roberto da Matta (1985) trata do assunto se utilizando do seu próprio método antropológico, ou seja, do *relacional*. Afirma que, o encontro dos contrários não são substratos para as tensões, os antagonismos e dialética. Pelo contrário, são essas aproximações que mobilizam o formato das relações e o amaciamento das mudanças. As categorias sociais se fundem, não demarcando socialmente os papéis sociais e as hierarquias (Idem). O conteúdo absoluto advém da moral social e dos costumes locais. Indivíduo se confunde com pessoa; a rua com a casa, o pessoal com o impessoal (Ibidem), e como complementa Freire (2022), *a professora com a tia*. Reafirmar a coesão social está acima do posicionamento racional individual, onde se inserir em qualquer instituição pública ou privada coloca o sujeito em posição de sujeição e obediência cega aos valores e sociabilidade do grupo. A principal tecnologia da vida social é a *afetiva*, estando acima do cálculo e da razão intelectual.

Desse modo, a transgressão e a ruptura vêm acompanhadas da conscientização e da leitura crítica da realidade, desenvolvidas por um saber fiel à educação sistemática, formal, cientificamente abordada e pensada para a autonomia dos estudantes. Debate que se desenrolará a seguir.

Educação e juventude numa perspectiva libertadora

A educação enquanto campo intelectual de reflexão problematizadora é sinônimo de transgressão e ameaça de ruptura, principalmente quando focalizada em ambientes moralmente integrados. Ligada à condição de conscientização e leitura crítica da realidade abre as fendas das contradições sociais. Em “*Educação como prática da liberdade*” (2021), Paulo Freire destaca o lugar da educação como promotora dos redirecionamentos históricos. Para isso se apoia na dicotomia tensionada entre passado e futuro, sociedade fechada e sociedade fechada. E entre esses polos está a etapa de *transição*. O futuro é resultado desse processo dialético entre passado e período de transição, alimentado pelos antagonismos. Forças conservadoras que operam na defesa de privilégios *versus* o seu oposto, o moderno, o novo. Daí a necessidade de uma educação crítica e emancipatória que acompanhe os novos rumos do desenvolvimento e as demandas de pensamento libertário. A categoria *trânsito* é usada para representar esse momento de choque e encaminhamento dialético. Avanços e recuos que perfazem esses movimentos, simbolizados naquilo que Freire (Idem) denomina de *sociedade fechada e sociedade aberta*.

Uma recondução histórica que só pode ser materializada mediante educação libertária que, segundo Freire (Ibidem, p. 52) trata-se de “retirar as pessoas da condição de espectadoras da história, domesticadas”. Tensão inevitável quando travada no interior de uma comunidade fechada às suas contradições. E quanto ao papel dos atores políticos da educação, Gorz esclarece que,

O educador, o pedagogo sabe muito bem que cedo ou tarde entra em conflito com a sociedade, a instituição, a administração e com os pais socializados demais, na medida mesmo que tem por vocação entregar o *sujeito* a si mesmo, conduzindo-o à estima de si, em vez de lhe entregar de pronto à sociedade, inculcando-lhe a submissão às normas (GORZ, 2004, 81). (Grifo nosso).

E, ainda na trilha deste debate acerca do caráter de alijamento da comunidade conservadora, adiciona que “é o excesso, não a falta de socialização que obstaculiza a autonomia individual” (Ibidem), concluindo que:

O problema é a prioridade que os pais concedem à socialização pela escola, mais que à educação; ao bom desempenho escolar, mais que ao desenvolvimento sensorial e afetivo; à aquisição de “competências” sociais, mais que ao desenvolvimento das faculdades imaginativas e criativas, à capacidade de se responsabilizar por si mesmo e aceder à estima de si, fora de rumos traçados de antemão. *A socialização continuará a produzir indivíduos frustrados, inadaptados, mutilados, sem rumo, enquanto persistir em visar a “integração social pelo emprego”, a integração em uma “sociedade de trabalhadores” onde todas as atividades são consideradas “meios de ganhar a vida”* (GORZ, 2004, 81). (Grifo nosso).

Desafiar esta ordem de reprodução social e amortecimento da reflexão é o projeto pedagógico defendido por Rubem Alves (2003), que centraliza à dinâmica de ensino-aprendizagem o artifício do espanto, meio pelo qual o outro pode ser provocado, levado pela curiosidade crítica ao pensamento e desenvolvimento criativo. É propósito da educação trabalhar em processos de desconstrução, abertura, destruir formas e modelos fechados. Propostas inaceitáveis para um espaço onde se esquivava à racionalização moderna.

A esses imperativos de rupturas por meio da educação em seus novos contornos surge a necessidade de reelaboração das estruturas de relações interpessoais (ANTUNES, 2012), o que significa colocar em crise institucional a escola e a comunidade, e com ela um desnude de relações de poder e dominação, que historicamente se mascaram na tradição e na conservação moral.

Destaque na proposição de uma pedagogia que dê conta aos interesses políticos de transformação social, Paulo Freire (2021), na construção de sua obra torna intrínseca a composição entre educação e política. Quando destaca a necessidade prévia de uma leitura do mundo ante a palavra quer dizer que, na reflexão sociológica deve está incorporada a conscientização sobre tudo aquilo que circunda o sujeito. A negação histórica das classes populares na produção cultural e no acesso à materialidade econômica. Denuncia o caráter verticalizado das nossas estruturas políticas, culturais, econômicas e sociais, o que implica numa apropriação de poder pelos grupos dominantes, em detrimento de um desenvolvimento autônomo e democrático.

Foram sempre reafirmadas as condições para um autoritarismo e permanência da massificação dos indivíduos. Uma permanência garantida pela instrumentalização da “educação” (Idem).

A ideia de modernidade aqui destacada, suprimida de juízo de valor, destaca o caráter reflexivo sobre as “novas condições e temas” que desafiam a juventude em sua inserção numa sociedade cada vez mais competitiva, excludente e adoecedora, tendo como pano de fundo sociocultural a pós-modernidade com suas exigências frenéticas por mudanças, velocidades e performances físicas e virtuais. E se lançar sobre essa sociedade que, cada vez mais comprime a comunidade exige uma postura intelectual e cognicível, problematizadora dos objetos e do mundo que nos cerca (FREIRE, 2021b).

Nas análises de Edgar Morin (ALMEIDA & CARVALHO, 2002), a realidade social que se apresenta atualmente é marcada pela complexidade, sendo o mundo um ambiente multifacetado, o que exige um repensar nas estruturas de pensamento e práticas pedagógicas. Defende que, já não podemos atuar de modo parcelado, preso às antigas formas de especializações e clausulos. A este ambiente multi e complexo o melhor movimento é o de *relição*, num processo em rede, intelectualmente problematizado e coerente com as demandas deste universo multipolar. Aponta para *sete saberes* essenciais para “enfrentar” esses inéditos desafios, mas, sobretudo, centraliza a análise na conexão entre o *local e o global*, aos impactos e respostas que ocorrem entre esses espaços, onde, cada vez mais globalizado, os fenômenos impetram novas amplitudes de abordagens e reflexão.

Por fim, nos cabe se inquietar e provocar pensamentos que respondam pelas novas configurações de sujeitos e da realidade, sabendo que, com as novas composições da vida social, a educação formal, escolar, é uma instituição de suma importância para compreensão crítica do mundo, mas também pode ser um mero fetiche para/de reprodução de alienação e status quo. Seja no espaço do comunitarismo ou da sociedade complexa, o fato é que, perante um cenário amplificado, as consequências são sentidas de modo praticamente “simultanêo”, e o que demarca sua distinção em termo de resposta é a problematização do que se apresenta aos membros de suas respectivas coletividades.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de provocação analítica deste artigo foi apresentar dois espaços socioculturais em suas vivências de construção do ser social. Centrar no modelo societal da comunidade traz consigo uma apreensão do modo como os sujeitos estão inseridos numa ordem pedagógica que os constituem, reafirmando-os em padrões de relações sociais que reproduzem a dinâmica do ambiente local, pautado em tradições, crenças e valores conservadores. Neste sentido, a proposta de uma educação problematizadora e crítica são vista como uma ameaça a esta ordem, estruturada para a socialização e não para a autonomia intelectual. Tratamos *comunidade* como uma categoria sociológica que implica no contraponto à sociedade (complexa), em especial, na dinâmica de sociabilidade e modelo de seres sociais. Não se trata de naturalizar ou determinar os sujeitos e as realidades sociais a partir das espacialidades geográficas. Nossa reflexão parte do estreitamento que há entre a comunidade e sua necessidade de reprodução social, sendo alheia a interferências reflexivas. A “educação” neste universo social se instrumentaliza para/na preservação do status quo, na alienação intelectual e no reforço das tradições e crenças do grupo.

Neste sentido, defendemos que, o comunitarismo pode ser estruturado em criticidade e diálogo com elementos da modernidade, e já sinalizado por Morin. Pode ser uma comunidade crítica, resistente, pensante, em diálogo reflexivo dentro da composição micro e macro, local e global. Comunidade e sociedade não seriam categorias incongruentes, mas complementares, politicamente estabelecidas em suas singularidades e aportes.

Inquietações que nos movimentam para novos aprofundamentos e desbravamentos no campo intelectual e político, sabendo que a educação problematizadora é o maior suporte de avanços e transformação social e humana.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição & CARVALHO, Edgard de Assis (Org.). **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALVES, Rubem. **Conversas sobre educação**. Campinas: Verus, 2003.

ANTUNES, Celso. **Relações interpessoais e autoestima: sala de aula como um espaço de crescimento integral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COLLINS, Randal. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis. Editora Vozes, 2009.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: editora brasiliense, 1985.

ÉMILE, Durkheim. Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1984. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

_____. **Da divisão do trabalho social**. 2^a Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

_____. **Professora, sim; tia não: cartas a quem ousa ensinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022b.

GORZ, André. **Misérias do presente riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

